



CMSP retoma investigações sobre crimes da ditadura

Ivan Seixas tinha 16 anos quando foi preso junto com seu pai, Joaquim Alencar Seixas, e levado para o pátio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), um dos órgãos de repressão da ditadura militar (1964-1985), onde ambos foram espancados por mais de 30 policiais, com golpes tão fortes que arrebentaram a algema que ligava os pulsos de pai e filho. No dia seguinte, Joaquim morreu vítima das torturas. Sua agonia foi ouvida

pela mãe de Ivan, num cômodo abaixo da sala de torturas.

No mesmo DOI-Codi, Maria Amelia Telles de Almeida e seu marido foram exibidos aos filhos pequenos logo após uma sessão de tortura. “Lembre-me de que meu filho menor, o Edson, pensava que ali era um hospital e perguntava por que eu estava azul e o pai verde”, conta. A tortura não poupou nem Crimeia, irmã de Amelia, grávida de sete meses.

As histórias de Ivan, Amelia, Crimeia e outras vítimas

Em 1990,
comissão do
poder público
visita Perus

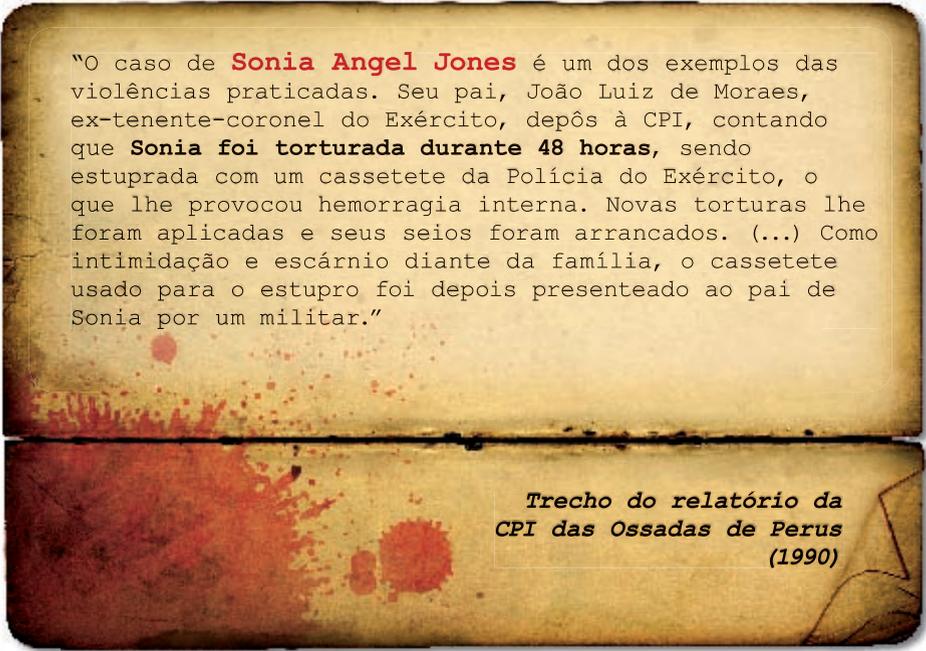
do Estado brasileiro foram contadas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, em 1990, investigou uma vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, onde foram encontradas 1.049 ossadas, pertencentes a indigentes e presos políticos mortos pelo regime.

Vinte e dois anos depois, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) montou uma nova comissão para investigar os crimes da ditadura. A Comissão da Verdade do Município de São Paulo, aprovada em 11 de abril de 2012, tem como princípio “os esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de São Paulo ou praticadas por agentes públicos municipais” entre 1946 e 1988 (período

“Comissão é o momento de buscar a história de por que o Brasil é deste jeito”

abrangido pela Lei de Anistia). O presidente da comissão, Ítalo Cardoso (PT), foi um dos membros da CPI de Perus. “Será uma continuidade ao trabalho iniciado em 1990”, afirmou o vereador na reunião de instalação da comissão, em 10 de maio.

A resolução que criou a Comissão da Verdade determina que o grupo deve trabalhar de forma integrada com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instituída pela As-



“O caso de **Sonia Angel Jones** é um dos exemplos das violências praticadas. Seu pai, João Luiz de Moraes, ex-tenente-coronel do Exército, depôs à CPI, contando que **Sonia foi torturada durante 48 horas**, sendo estuprada com um cassetete da Polícia do Exército, o que lhe provocou hemorragia interna. Novas torturas lhe foram aplicadas e seus seios foram arrancados. (...) Como intimidação e escárnio diante da família, o cassetete usado para o estupro foi depois presenteado ao pai de Sonia por um militar.”

*Trecho do relatório da
CPI das Ossadas de Perus
(1990)*



Na vala
clandestina
foram
encontradas
1.049 ossadas

Objetivos da Comissão da Verdade

Segundo a Resolução nº 3, de 11 de abril de 2012

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de São Paulo;
- II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;
- III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
- VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;
- VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

sembleia Legislativa, e a Comissão Nacional da Verdade, criada pelo governo federal. Um dos primeiros casos que a comissão pretende investigar é o de Vladimir Herzog (1937-1975), jornalista morto nas dependências do II Exército que virou símbolo da luta pela redemocratização. A comissão terá prazo de funcionamento de seis meses, podendo ser prorrogada até dezembro deste ano.

Ao investigar o passado, a comissão deve jogar luz sobre as causas da violência do Estado brasileiro no presente. “A cultura de violência e desrespeito aos direitos humanos continua muito presente em nossas vidas. A Comissão da Verdade é o momento de buscar a história de por que o Brasil é deste jeito”, declarou Eliseu Gabriel (PSB), relator da

comissão. “Vamos aprender com o que aconteceu e recomendar ações para que o Brasil se torne um país democrático e respeitador dos direitos.”

Os outros membros da Comissão são Agnaldo Timóteo (PR), Gilberto Natalini (PV), Jamil Murad (PCdoB), José Rolim (PSDB) e Juliana Cardoso (PT). Nem todos têm a mesma visão sobre o período: na reunião de abertura, Agnaldo Timóteo defendeu a ditadura e disse que o regime cometeu apenas alguns “excessos”. “Excessos existem até hoje, como a família Nardoni, que foi condenada por jogar a filha pela janela”, disse. “Todos nós, brasileiros, deveríamos agradecer a Deus pelo regime militar. Se não fosse ele, não haveria Lula e nem Dilma”, afirmou. ■

**Vereadores
fazem instalação
da Comissão da
Verdade**



Gute Garbelotto/CMSP